

Praça Manoel Bonito em Araguari (MG): A significação cultural de uma praça moderna e a demanda por sua preservação

João Paulo Campos Peixoto

Mestrado em andamento, FAU-USP, São Paulo, Brasil
joaopcp@usp.br

RESUMO

O presente trabalho busca demonstrar a significação cultural do paisagismo moderno através da Praça Manoel Bonito, na cidade de Araguari (MG). Faz-se um resgate da história desse espaço livre público como elemento fundamental da história da cidade. A Praça Manoel Bonito é historicamente o espaço público mais importante no traçado urbano na cidade de Araguari. Ainda que os usos e a apropriação tenham diminuído e o próprio papel da praça enquanto espaço de lazer tenha se transformado, seu valor ainda é latente para a população que tem no local um espaço de afeto e memória. Além disso, a Praça Manoel Bonito é projeto do arquiteto João Jorge Coury, que se destaca, a partir dos anos de 1950, como difusor da arquitetura moderna na região do Brasil Central. Este trabalho objetiva, portanto, reconhecer o valor da praça enquanto desenho moderno e documento de um período histórico importante na arquitetura brasileira, com fins de estimular a sua preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim moderno. Jardim Histórico. Restauração. Arquiteto João Jorge Coury.

1. INTRODUÇÃO

A Praça Manoel Bonito, localizada no centro da cidade de Araguari (MG), expressa em sua história todos os valores de um espaço público que, além de equipamento urbano, é um marco na memória local. A Praça constitui um documento original do momento histórico de sua construção: está vinculada à produção paisagística do arquiteto João Jorge Coury e, também, remonta ao início da modernidade no centro do Brasil (GUERRA, 1998). Além do projeto em si, a história do espaço livre onde hoje se situa a Praça se mescla com a história da própria cidade de Araguari. Na contemporaneidade, contudo, a Praça se encontra em estado de abandono e degradação.

Desde o início da década de 1920 o ambiente onde se situa a atual Praça Manoel Bonito, o antigo Largo Número 5, cumpre o papel de espaço público. Anterior à lei que autoriza a urbanização do primeiro jardim na cidade, Lei Municipal n. 266, 25 de julho de 1923, o local onde hoje se situa já funcionava como espaço livre. Dois projetos diferentes foram implementados neste sítio. O primeiro deles, de motivo eclético, foi inaugurado em 1924. O segundo, moderno, autoria do arquiteto João Jorge Coury, foi finalizado em 1966 e, apesar de parcialmente descaracterizado, resiste até a contemporaneidade. Diferente do lugar-comum que tem na praça vinculada à Igreja Matriz católica o espaço público central, em Araguari a principal praça, objeto de estudo deste trabalho, é vinculada à Igreja Protestante (Presbiteriana).

João Jorge Coury, arquiteto responsável pelo projeto da praça em 1965, já atuava de maneira expressiva na cidade de Uberlândia, cidade vizinha a aproximadamente 37 km de distância de Araguari, e tem no projeto da Praça Tubal Vilela (1962) um destaque em seu trabalho. O arquiteto, a partir dos anos de 1950, se destacou como difusor da arquitetura moderna na região do Brasil Central. A arquitetura moderna era inédita na região até então (GUERRA, 1998). Coury projetou diversas praças encomendadas pelo poder público, outra inclusive na cidade de Araguari, a Praça Getúlio Vargas (1966). O portfólio do arquiteto conta com projetos de espaços livres implementados em diversas cidades do Triângulo Mineiro: Ituituba, Uberlândia, Tupaciguara, além de outros projetos no estado de Goiás.

A Praça Manoel Bonito teria sido muito frequentada entre as décadas de 1930 e 1970, como expoente da vida social araguarina. Ainda hoje é uma referência quando se trata da cidade de Araguari e sua história. Para além do trânsito cotidiano e do cenário do antigo *footing*,

importantes eventos tiveram a Praça como ambientação. A Praça foi palco, vale citar, de comícios dos candidatos à presidência Juscelino Kubitschek, em 26 de abril de 1953 (Jornal Gazeta do Triângulo, 26/04/1953) e de Ademar de Barros, em 07 de março de 1960 (Idem, 22/03/1960).

Na atualidade, contudo, a Praça não manteve seu destaque. Hoje, o local tem seu movimento mantido como espaço de passagem no centro da cidade, utilizado, sobretudo, em função dos banheiros públicos, que funcionam somente durante dias úteis. Aos finais de semana, permanece majoritariamente vazia e marginalizada.

Assim, o presente trabalho se configura como um esforço de documentação e reconhecimento da história da Praça e seu projeto, visando o reconhecimento da significação cultural e dos valores vinculados a esse bem patrimonial da cidade de Araguari (MG), de importância significativa e simbólica para a história da cidade e suas pessoas, mas também como espaço livre público central ao seu traçado urbano.

Figura 1: Vista área contemporânea da Praça Manoel Bonito, Araguari (MG).



Fonte: AUTOR, 2018.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Segundo aponta a Carta de Florença (1981), os jardins históricos são composições arquitetônicas e vegetais intencionalmente criadas que representam um interesse público, do ponto de vista da arte e da história. Esses jardins, portanto, configuram objetos da conservação e da restauração, como forma de garantir a sua manutenção enquanto testemunhos do passado. Ainda que a Praça Manoel Bonito não configure um “jardim histórico” no cerne de sua definição, cumpre um papel importante de testemunho: é exemplo da arquitetura moderna em jardins públicos, compõe o acervo de projetos do arquiteto João Jorge Coury no Triângulo Mineiro, além de ser um marco histórico-urbano, objeto de afeto da população da cidade. A partir disso, o presente trabalho enfatiza a sua necessidade de preservação, de modo a assegurar que se mantenha em bom estado de conservação, como documento histórico, mas especialmente destinado ao uso e apropriação por parte das pessoas.

Este trabalho centra o enfoque nas premissas históricas da praça na cidade de Araguari e no projeto de remodelação feito pelo arquiteto João Jorge Coury, como forma de impulsionar não somente a preservação das características do jardim moderno, mas também a restauração

da sociabilidade e do suporte que oferece à cidade e seu funcionamento. O objetivo final do estudo aqui apresentado é a exposição da significação cultural de um bem importante à cidade de Araguari (MG), visando sua documentação e, eventualmente, sua posterior conservação e restauração.

Uma importante motivação deste trabalho reside também na necessidade de se preservar jardins e de se difundir o jardim histórico como elemento de preservação. O inventário de jardins históricos no Brasil tem caráter de emergência, haja vista que a tradição de preservação de espaços livres ainda é incipiente no país. A minoria é conservada e preservada, o que torna fundamental a criação de um centro de documentação de jardins para a preservação da cultura paisagística brasileira (MACEDO, 2016). Este trabalho vai de encontro a esse posicionamento.

Para a realização deste trabalho foram realizadas uma série de pesquisas, bibliográficas e de campo. Inicialmente concentrou-se na esfera iconográfica e textual, amparado pela extensa gama de documentos, fotografias e jornais arquivados no Arquivo Público Municipal Doutor Calil Porto, além de livros cuja temática reside na história da cidade mineira. Buscou-se compreender também, ainda que brevemente, a trajetória do arquiteto João Jorge Coury, sua atuação na região, seus projetos, com enfoque em sua atuação na esfera pública e urbana. Essa pesquisa sobre a cidade e sobre o arquiteto, conjuntamente, foi de fundamental importância para a compreensão do projeto proposto para a Praça Manoel Bonito em 1965.

Para além da Praça em si, buscou-se compreender um histórico breve sobre os jardins históricos e a sua preservação. As cartas patrimoniais, sobretudo aquelas que discutem a preservação de jardins históricos, bem como a primeira e a segunda edição do *Manual de Intervenções em Jardins Históricos* (1999, 2005) do Iphan, foram documentos de suma importância, como referencial teórico para os estudos realizados.

O reconhecimento da Praça Manoel Bonito foi realizado a partir de significativos trabalhos de campo. Diversas visitas foram realizadas, com objetivos diversos: reconhecer as dinâmicas próprias do local, descobrir quem são seus usuários e frequentadores, como se organiza o espaço durante os dias úteis e não úteis, quem faz a sua manutenção (se houvesse alguma) e como essa manutenção seria realizada. Foram realizados levantamentos métrico-arquitetônicos da Praça, para elaboração dos desenhos técnicos, além de mapas de identificação e levantamento da vegetação, com o auxílio de biólogo, e o levantamento de danos e patologias. Boa parte dos documentos levantados não compõem o presente artigo dada a sua proposta, mas fazem parte de uma pesquisa mais ampla ainda a ser publicada.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE JARDINS HISTÓRICOS E SUA PRESERVAÇÃO

O jardim constitui um documento único, perecível, que não pode ser replicado, tem projeto específico, com uma história particular e reflete a sociedade e a cultura em que estava inserido em sua criação, daqueles que o criaram e daqueles que o viveram (AÑON-FELIÚ, 1993).

É importante compreender o jardim para além da vegetação exclusivamente. Os jardins são compostos de caminhos, estruturas arquitetônicas, desenhos de piso e paginação, níveis, canteiros, até suas características sensoriais como o aroma, a cor e a iluminação podem

compor sua totalidade. O jardim é um elemento vivo, o tempo modifica a sua materialidade e transforma a sua percepção. Essa compreensão é fundamental para trabalhá-lo. É importante compreender o que o jardim representa para compreender seus valores e preservá-lo. Ainda que um jardim tenha sua vegetação descaracterizada (como é o caso da Praça Manoel Bonito), ele pode representar uma cultura ambiental, uma tendência de projeto, um momento, uma ideia a ser transmitida, uma forma de arquitetura.

Assim, o intuito não deve ser conservar, ou mesmo restaurar, os jardins de cunho histórico como foram inicialmente realizados. É impossível fazê-lo, haja vista a inevitável ação do tempo sobre sua vegetação e até sobre suas estruturas. O objetivo deve ser a recuperação e a intenção de que este patrimônio não desapareça (AÑON-FELIÚ, 1993). O jardim, como organismo vivo, é uma estrutura que precisa de atenção, manutenção e cuidado, caso contrário não resistirá à ação do tempo. Como elemento urbano estruturado principalmente por seres vivos, é frágil, exige manutenção constante e é suscetível à ação de diversos setores ou gestões públicas.

O jardim significa movimento, transformação, maturação e efemeridade, pois lida com seres vivos, que nascem, crescem e morrem. O projeto e a concepção de um jardim podem partir do princípio da vegetação madura, adulta, e do tempo que demora para alcançar tal maturidade, ou, ainda, do entendimento das diversas configurações que pode assumir durante o tempo – e é com uma dessas imagens que se identificam e se valorizam um jardim e o seu significado em um determinado momento cultural (MACEDO, 2016, p.38)

O primeiro passo para compreender a complexa mensagem transmitida pelo jardim enquanto documento é reconhecê-lo como patrimônio cultural. Analisar e viver seu espaço, ao invés de apenas observar de maneira externa, é outro ponto importante para essa compreensão. Todas as análises a respeito do jardim – que vão desde a métrica até as mais complexas envolvendo vegetação e o próprio uso das pessoas – aprofundam o conhecimento a respeito do espaço. Compreender cada aspecto do jardim em separado, como aponta Añon-Felíu (1993), nos permite compreendê-lo como uma unidade temporal e estilística.

É diante desta perspectiva que há de se deparar com a documentação do jardim e a sua preservação. O caráter de efemeridade que é essencial a esse bem cultural e sua fragilidade dentro do contexto urbano, tornam a documentação dos jardins – nas mais diversas esferas – uma tarefa essencial e urgente. Silvio Macedo (2016) aponta em seu artigo *Jardins brasileiros – Origens e relevância* que a realização de inventários de jardins é emergencial num país onde a tradição de preservação desse tipo de espaço ainda é pequena.

Neste contexto, a noção de patrimônio ambiental urbano, na perspectiva da preservação do patrimônio, se aplicaria à questão dos jardins de forma bastante acertada. O conceito de patrimônio ambiental urbano ascende à discussão no campo do patrimônio cultural e do planejamento urbano nos anos 1970 e, potencialmente, uniria as visões acerca da preservação do patrimônio e do planejamento urbano em uma perspectiva mais ampla. Essa união seria bastante válida no que toca os jardins públicos e as praças que são entendidos

também como patrimônio histórico. A noção do patrimônio ambiental urbano se aproxima bastante às questões relacionadas ao conceito atual de paisagem cultural (PEIXOTO, 2017). Compreender o jardim dentro de uma ambiência é fundamental não só para a sua preservação, mas para a construção imagética das cidades.

A paisagem cultural, por sua vez, segundo definição da UNESCO é a interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, onde se criam tradições, folclore, arte e outras expressões da cultura, resultando em uma paisagem natural modificada. Carneiro (2009) aponta a paisagem cultural como a reunião de um conjunto de atributos que relacionam no espaço o tempo, a memória e o saber. O jardim se enquadraria dentro dessa definição, tendo em vista sua paisagem atrelada à arquitetura, aos desenhos de piso e canteiro, à apropriação por parte das pessoas e da cidade. Entraria, portanto, como aponta também Carneiro (2009), na categoria de *paisagem intencionalmente concebida e criada pelo homem* (Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO, 1992).

A tratar de maneira específica os jardins históricos, existem três principais documentos a serem discutidos: a Carta de Florença (1981) a principal referência internacional relativa à proteção de jardins históricos; a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, também chamada Carta de Juiz de Fora (2010), que leva em consideração a Carta de Florença mas traz à discussão elementos particulares do jardim brasileiro; e o Manual de Intervenção em Jardins Históricos (1999; 2005), que tem por objetivo a orientação daqueles que participam da preservação do patrimônio cultural brasileiro, trazendo normas, diretrizes e recomendações.

A Carta de Florença foi elaborada em 21 de maio de 1981 pelo Comitê Internacional de Jardins Históricos e ICOMOS/IFLA e é, possivelmente, o documento mais importante amplamente difundido acerca da proteção de jardins históricos. Foi escrita com o intuito de complementar a Carta de Veneza (1964), que já incorpora em seu conteúdo, com menor enfoque, questões relacionadas à proteção de ambientes urbanos e paisagens. Teve e ainda tem função primordial na consolidação de teoria e prática na conservação e restauração de jardins. Sobre a Carta de Florença, é válido destacar o seu caráter didático e o estímulo à discussão do tema relativo aos jardins históricos e sua preservação. Sobre isso, aponta Carmen Añon Feliú (Apud CARNEIRO, CASTEL-BRANCO, SILVA, 2016):

Sem dúvida que todas estas correntes estavam necessitadas de um apoio instrumental oficial. O jardim tinha que atravessar a fronteira entre a prática e uns poucos eleitos e a intervenção pública legislativa. [...] Em primeiro lugar o estabelecimento de leis precisas que incluíssem os jardins como bens a conservar.” (ICOMOS, 2006, s/p)

Contudo, pode-se perceber também que nem todos os tópicos se aplicam às mais diversas realidades e aos mais diversos contextos – o que nos leva a analisar também a *Carta dos Jardins Históricos Brasileiros* (Carta de Juiz de Fora) de 2010, que aproxima as discussões presentes no documento internacional da realidade brasileira¹. Esta carta é o documento oriundo do *I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos*, organizado pelo Instituto do

¹ A própria Carta de Juiz de Fora aponta, em seu conteúdo, que “traduz para a realidade brasileira a Carta de Florença”. (Carta de Juiz de Fora, 2010, p. 3)

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Museu Mariano Procópio (MAPRO) e a Fundação Casa Rui Barbosa.

A carta brasileira tem uma estrutura similar à internacional. Característica inerente a esse tipo de documento, cumpre um papel didático e elucidativo exemplar ao definir o jardim histórico no contexto brasileiro e sua importância, bem como a conceituação da autenticidade e da integridade. Trata ainda em seu conteúdo de problemáticas e fatores de degradação, além de ações de identificação, proteção, preservação, conservação e manutenção tanto do ponto de vista conceitual quanto explicativo. É importante ainda destacar os tópicos de recomendações, gestão e instrumentos de financiamento e fomento, fundamentais em contexto brasileiro onde a proteção de bens patrimoniais de forma geral não é amplamente difundida.

Dentre os documentos elencados para a abordagem neste trabalho, o que se distingue de forma mais expressiva dos demais é o *Manual de Intervenções em Jardins Históricos* em sua primeira e segunda edição (1999; 2005). Por ser um manual, o conteúdo é abordado de forma mais detalhada e extensa. A primeira edição, de 1999, teve elaboração realizada por técnicos do Departamento de Proteção do IPHAN – DEPROT/IPHAN com apoio técnico-operacional do *Grupo Tarefa do Programa Monumenta*, e auxílio da UNESCO, através do acordo de cooperação técnica com o Ministério da Cultura. A segunda edição, de 2005, tem autoria de Carlos Fernando de Moura Delphin. O destaque para seu conteúdo se dá nos capítulos 4, *Intervenções e operações de preservação*, e principalmente no 5, *Recomendações para projetos e intervenções*, em que se explica de maneira detalhada, passando por diversos pontos importantes, seus respectivos assuntos de forma a orientar as ações necessárias ao cuidado dos jardins. O manual traz questões importantes para a preservação de forma prática, abordando a forma com que tais ações devem ser tomadas, sempre respaldado nas questões relacionadas às cartas patrimoniais e à forma adequada a se trabalhar com tais bens.

4. A PRAÇA NA HISTÓRIA DA CIDADE DE ARAGUARI (MG)

O surgimento da cidade de Araguari não diferente do padrão atribuído às diversas cidades no Triângulo Mineiro e no interior do Brasil. A formação populacional dos territórios tem origem ligada à posse de terras, resultantes da doação e transferência de sesmaria à Igreja Católica e a doação de terras para a formação dos patrimônios religiosos que dariam origem aos núcleos urbanos. A ocupação oficial da área, conforme apontado por MAMERI (1988), se inicia em 1815, com a solicitação da Sesmaria do Córrego do Indaiá.

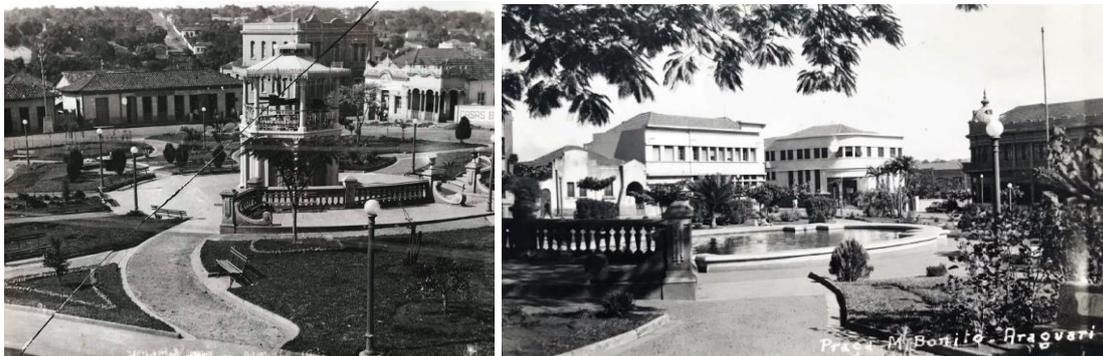
A capela que deu origem à Araguari tem seus primeiros registros datados de 1823, a *Capela Senhor Bom Jesus da Cana Verde*. O arraial, então chamado *Bom Jesus da Cana Verde do Brejo Alegre*, estabelece a associação entre a religião e o curso d'água (Córrego Brejo Alegre), que deu suporte à fixação da população naquele local. A partir deste núcleo inicial se originaram as primeiras obras, como a Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito – alinhada à matriz, destinada à população escrava – e a Rua Direita. A Vila do Brejo Alegre foi emancipada pela *Lei Provincial n. 3591 de 28 de agosto de 1888*, nomeada *Araguary*. Até 1895 a cidade se desenvolve lentamente, galgada na economia rural. (PEIXOTO, VIEIRA, 2013)

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro chegou em Araguari em 1896 e fez com que a cidade fosse integrada ao Triângulo Mineiro. Araguari, naquele momento, já era ligada econômica e historicamente às cidades de Bagagem e Araxá, devido à centralidade de ambas. Com os trilhos, aproxima-se então de Uberaba e São Paulo. Araguari veio a ser a primeira ligação ferroviária entre o centro-oeste e o sudeste brasileiro e, na década de 1930, conectou-se a Belo Horizonte com a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM). A partir dessas relações, surge na cidade a demanda por um ordenamento territorial que suportasse o crescimento urbano vislumbrado.

O plano de expansão urbana de Araguari foi elaborado por Achilles Vidulich² e tinha total enfoque na questão viária e do parcelamento da terra. Ainda assim, não se afastou das questões urbanísticas referentes à cidade. Foram definidos, por exemplo, os locais específicos para a implantação das praças, espaçadas a cada três quadras no traçado urbano, além de assentar a malha urbana sobre a bacia do córrego existente (OLIVEIRA, 2015). O início do século XX demarcou mudanças na área central da cidade, decorridas da efetivação do traçado urbano e da instalação da Estrada de Ferro Goiás no ano de 1906. Com as melhorias de infraestrutura (transporte, energia elétrica, saneamento) incitando o desenvolvimento do comércio, surge também a preocupação com a estética da cidade. A partir da qual se dá o alinhamento das casas e a urbanização das praças.

No final do século XIX o local onde hoje se situa a praça Manoel Bonito era denominado Largo da Gameleira, em função da árvore frondosa presente em seu terreno. É no início do século XX que, por demanda da população, exigindo melhor infraestrutura, a praça foi urbanizada com o financiamento da prefeitura. A lei número 266, que autoriza a construção do primeiro jardim neste ambiente, data de 1923. A construção de motivo eclético foi iniciada em 1923 e inaugurada em 1924, chamada, então, de Praça Francisco Salles³ (Figuras 2 e 3).

Figura 2 e 3: Imagens da Praça quando ainda se chamava Francisco Salles, 1938 e 1950 respectivamente.



Fonte: Arquivo Público Dr. Calil Porto.

Através da análise de imagens, pode-se observar de que forma se constituía o antigo jardim: a praça era definida em um centro circular, onde se localizava o coreto, e todos os

² Não foi encontrada documentação e informações precisas a respeito da data de elaboração do plano de expansão no Arquivo Público Doutor Calil Porto de Araguari, apenas a ata de sua aprovação (Lei n. 11 de 1895). (OLIVEIRA, 2016)

³ Em homenagem à Francisco Antonio de Sales, prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais em 1902.

caminhos davam acesso a esse centro de maneira tortuosa, criando os desenhos dos canteiros. É interessante observar as fotografias da Praça no curso do tempo. Ao comparar as fotografias, é possível entender o jardim como um organismo vivo e mutável. Com o passar dos anos o crescimento e a expansão da vegetação na praça são notáveis.

Já na década de 1940, pouco mais de vinte anos após sua construção, a praça foi reformada, possivelmente em decorrência de seu estado de degradação, conforme aponta reportagem do Jornal Gazeta do Triângulo de 14/04/1946. Na referida reforma, o coreto foi destruído e em seu lugar foi construída uma fonte luminosa (Jornal Gazeta do Triângulo 14/04/1946) (Figura 2). Através da reportagem, compreende-se que a praça se encontrava em situação de abandono, e que a reforma, e conseqüentemente, a construção da fonte devolveram “à principal praça pública a antiga beleza e encantamento”. Além da fonte, nessa reforma o jardim foi acrescido de novas espécies vegetais (Figura 3).

Com a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955, teve início, em 1956, a transferência da Capital Federal para o Planalto Central e a construção da cidade de Brasília. O ideário desenvolvimentista do Governo JK repercutiu de forma significativa em todo o Brasil, a influenciar cidades diversas. A cidade de Araguari, sob essa influência, amparada pela construção da rodovia BR-050 e a instalação da Unidade Militar de Engenharia e Construção (2º Batalhão Ferroviário), passou por alterações em setores diversos. Segundo aponta Oliveira (2016), é em linha com essas alterações que surge a demanda pela remodelação da Praça Manoel Bonito. O prefeito Miguel de Oliveira contratou os serviços do arquiteto João Jorge Coury para a reconstrução de duas praças centrais à cidade, a Praça Manoel Bonito e a Praça Getúlio Vargas, iniciada em 1965 e concluída em 1966.

5. PRAÇA MANOEL BONITO: PROJETO MODERNO DE JOÃO JORGE COURY, 1966

A Praça Manoel Bonito seria, então, remodelada em 1965-1966. É válido frisar que, no momento da remodelação da Praça, o cenário político brasileiro se encontrava turbulento, imediatamente posterior ao Golpe de 1964 e a deposição de João Goulart da presidência. Segundo Segawa (1999):

(...) Brasília está no bojo deste projeto desenvolvimentista e constituiu marco final dessa vanguarda arquitetônica alimentada por uma política de conciliações ideológicas. O marco cronológico final desta etapa está em 1964 com a implantação da ditadura militar, encerrando a utopia do segundo pós-guerra (SEGAWA, 1999)

Neste espectro, os desdobramentos do chamado “milagre brasileiro”, no contexto da ditadura, influenciam as cidades do Triângulo Mineiro, que se beneficiam e angariam um crescimento econômico significativo, com destaque principal à cidade de Uberlândia. Através de Brasília, também, a figura do “profissional arquiteto” é difundida, principalmente através do trabalho de Oscar Niemeyer.

Inserido nesse contexto, o arquiteto João Jorge Coury, a partir de 1950, se destaca como difusor da arquitetura moderna, introduzindo novo vocabulário arquitetônico na região. É neste momento que se consolida e diversifica sua produção, tendo o poder público como

cliente. É o arquiteto moderno que oferece à cidade a modernidade, em um contexto político-social de busca por inovações (GUERRA, 1998).

Figura 4 e 5: Inauguração do projeto de João Jorge Coury para a Praça, 1966.



Fonte: Arquivo Público Dr. Calil Porto.

Investimentos na construção civil, a industrialização e a importação de novos materiais para atender Brasília, refletem também na produção do arquiteto. Dispondo de materiais de difícil aquisição à época, conciliando com materiais locais, Coury começa a desenvolver a sua própria linguagem. Linguagem essa que se destaca no projeto das praças, onde há, dentre a sua ampla produção, as maiores inovações, originalidade e expressividade. A concretização anterior do projeto da Praça Tubal Vilela em Uberlândia (1962) garante ao arquiteto o destaque regional, dando-lhe a possibilidade de projetar espaços livres em diversas cidades inseridas naquele contexto.

Para o projeto de remodelação da Praça Manoel Bonito, João Jorge Coury desconsidera completamente o projeto eclético anterior. Não há sequer a preservação da vegetação pré-existente, atitude que seria comum à contemporaneidade. Guerra (1998), ao analisar o projeto da Praça Tubal Vilela, em Uberlândia, coloca que, apesar de o arquiteto ser amante da botânica, como arquiteto moderno não preservaria as espécies pré-existentes em seu projeto, sobretudo por se tratarem em grande medida de espécies exóticas. Essa é a hipótese que se tem também para seus projetos em Araguari.

O arquiteto propõe um espaço onde se possa manifestar o sentido de comunidade, ao mesmo tempo em que busca novos modos de manifestação e vivência, próprios ao espaço público coletivo da praça. O projeto da praça Manoel Bonito denota de maneira clara a percepção social do arquiteto para a vocação do local, prevendo espaços como um “auditório ao ar livre” em seu interior.

O projeto da Praça Manoel Bonito acompanha a mudança pragmática dos espaços livres públicos e privados brasileiros da década de 1960 e 1970, que tem englobados em seu interior equipamentos voltados ao comércio e ao esporte. Essa inclusão exige mudanças radicais nos padrões de ajardinamento que eram feitos até então, e tem relação direta com o crescimento urbano do Brasil. As cidades cresciam em extensão e em números de habitantes, gerando maior demanda para espaços formais de lazer ao ar livre (MACEDO, 2015; GUERRA, 1996). Neste caso, há apenas o uso comercial na forma de salas que se encontram na parte central da praça em nível semienterrado.

Além da estrutura da rampa que engloba os banheiros, o comércio e as estruturas em nível superior, há na praça a fonte luminosa que atua também como espelho d'água (Figura 7),

posicionada mais ao norte. Nas faces externas das paredes de ambos os banheiros, há um painel de azulejos (Figura 6). Segundo conversa com a funcionária da Prefeitura Municipal de Araguari responsável pela Praça, Luciana Resende, tais azulejos foram trazidos de Portugal para compor a praça⁴.

Figura 6, 7, 8: Azulejos, onde se vê a área comercial, fonte e cobogó. Todos em precário estado de conservação.



Fonte: AUTOR, 2018.

Sobre a vegetação, identifica-se no projeto original árvores como a Sibipiruna e a Quaresmeira. A unidade do projeto é concebida principalmente pela pavimentação em pedra portuguesa, em faixas paralelas de pedras brancas e pretas, que se tornaram um marco de linguagem em seus projetos paisagísticos. Outro marco são os bancos contínuos, uma contraposição clara aos bancos anteriores que contemplavam o máximo de três pessoas.

É interessante destacar uma forma de homenagem à nova Capital Federal presente na praça, vinculada à jardineira próxima da fonte, que tem em seu cobogó referência aos elementos estruturais do Palácio da Alvorada (Figura 8). Esta homenagem, ainda que se possa atribuir certo caráter *kitsch*, nos denota a atenção ao detalhe por parte do arquiteto.

O ambiente da praça é marcado principalmente pela rampa e o comércio, que secciona em dois ambientes a sua extensão (Figura 9 e 10). As estruturas em níveis mais elevados, quando não utilizados para apresentações e atividades culturais, constituem um ambiente de estar reservado para as pessoas. Na parte sul, os bancos contínuos e extensos constituem outro ambiente de estar, atrelados à vegetação, porém menos reservados que os anteriores. Na parte norte, próxima ao estacionamento, há o que se pode apontar como um espaço mais aconchegante, vinculado às árvores mais altas e à fonte luminosa. Essa descrição nos permite perceber que o paisagismo também é pensado de forma a definir o espaço no interior da praça, tendo na vegetação um excelente definidor espacial.

Coury utiliza principalmente das palmeiras (imperiais, principalmente), dos arbustos e até dos bancos para demarcar espaços, e faz das esquinas o ponto de convergência ao centro da praça. Devido à presença da rampa com o comércio no centro da praça, o interior da praça não é inteiramente livre ainda que a rampa seja vazada permitindo o fluxo de pedestres. Ainda assim, as duas espacialidades atribuídas à praça, a partir da separação pela rampa, tem seus respectivos centros livres, o que mantém a característica convidativa do espaço. Tendo em vista o centro da praça, sob a rampa, como espaço de grande fluxo de pedestres, a opção por alocar as salas comerciais neste local se mostra uma solução inteligente e claramente não aleatória.

⁴ Tal informação foi recorrente em conversas informais com demais trabalhadores e moradores da cidade, contudo não foi encontrada qualquer documentação que a comprove.

Compunha também a concepção projetual de Coury a ideia da praça como atalho. E nesse sentido, além dos fluxos definidos através das diagonais pelas quais as pessoas podem cortar caminhos, há na praça Manoel Bonito a rampa central funcionando como uma ponte entre a rua Brasil Acciolly e a travessa São Bento (Figura 10).

Figura 9, 10: Cópia da planta original, vista aérea da praça.



Fonte: Acervo pessoal da Profa. Maria Eliza Guerra; AUTOR, 2018.

6. A ATUAL SITUAÇÃO DA PRAÇA

A composição projetada por João Jorge Coury existe na Praça Manoel Bonito até a contemporaneidade. Ainda que existam alterações diversas, a Praça enquanto elemento arquitetônico-paisagístico ainda se encontra bastante próxima de como fora pensada. Isso, porém, não é necessariamente um bom sinal: é visível que, pouco após a sua remodelação, a praça foi esquecida pelo poder público na cidade e ficou à mercê das ações do tempo e da degradação. As intervenções que foram realizadas tiveram pouco cuidado com o bem. Tal interpretação surge quando se lança o olhar principalmente ao jardim. A vegetação se transformou, a grande maioria das espécies que são de uso tradicional do arquiteto em seus projetos de espaços livres se perderam (como as sibipirunas, por exemplo), não houve um cuidado ou preservação.

A partir de uma simples caminhada pela praça é possível notar seu estado de degradação: é suja; a vegetação se mostra bastante deteriorada e alterada; os guarda-corpos estão todos bastante enferrujados; há manchas de umidade por toda a praça, principalmente nas estruturas arquitetônicas; há pontos em que as pedras portuguesas do piso estão faltosas ou danificadas, quando substituídas são feitas de forma indevida; há muita pichação; as lixeiras estão em estado precário; há oxidação dos metais e vidros quebrados. Enfim, ainda que nada corrompa estruturalmente a praça e seus equipamentos, seu estado de preservação não é adequado.

Os danos oriundos da presença de água e umidade configuram um problema a parte. Em conversa com os funcionários da prefeitura e até com alguns passantes, as questões que envolvem a drenagem são sempre apontadas. A funcionária da Associação dos Produtores Culturais e Artesãos de Araguari (APCAR) situada no interior da praça, relata que em épocas de chuva o trabalho é bastante complicado, pois as salas se alagam e há o escoamento de água pelas paredes e teto. É possível validar facilmente o relato através das manchas de escoamento e de umidade ascendente nas paredes, ainda que a loja de artesanato seja o ambiente mais bem

cuidado, em decorrência de seu uso. Os tetos de todas as salas apresentam infiltração, descascamento e manchas, todas possivelmente oriundas da umidade. A funcionária Luciana Resende, responsável pela limpeza, relatou ainda que, devido ao relevo, a água da chuva desce com grande intensidade e as grelhas não são suficientes para contê-la, mesmo com chuvas não tão intensas.

Há registro de duas reformas mais recentes na praça, uma em 2001 na gestão do prefeito Marcos Alvim (2001-2004), que aponta a reforma dos banheiros – hoje já se encontra novamente em estado precário, ainda que fiquem trancados na maior parte do tempo. Outra em 2012, com objetivo apontado como “preservação”, na primeira gestão de Marcos Coelho (2009-2012) – que, ao que se pode identificar, repõe as pedras portuguesas faltosas, de maneira bastante irregular; cria as rampas de acessibilidade nas extremidades da praça, e leva o ponto de taxi previsto no projeto, em nova estrutura, para o interior da praça.

O mau estado de conservação da Praça reflete em seu uso, o abandono do espaço por parte do poder público torna-o marginalizado e cria na população a sensação de insegurança. É importante destacar que a degradação da praça não é apenas física, mas também social. A praça na contemporaneidade já não é utilizada como equipamento de lazer como no passado, e a insegurança iminente apenas incentiva o seu desuso maior. Tudo isso culmina em uma espécie de ciclo vicioso: o abandono por parte do poder público leva ao desuso por parte das pessoas, há a marginalização do espaço e, assim, a praça deixa de cumprir a sua função tradicional de espaço público agregador.

São diversos os problemas com relação à segurança na Praça Manoel Bonito. Em 26 de abril de 2015, segundo reportagem do Jornal Gazeta do Triângulo, um jovem foi encontrado morto nas dependências da praça, com perfuração no peito oriunda de facada⁵. A imagem da praça é por vezes vinculada ao uso de entorpecentes que acontece em seu interior. Todos esses fatos afastam cada vez mais a comunidade da praça.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho compreende que a documentação levantada acerca da praça e de sua história, nesse contexto, cumpre o objetivo primordial de afirmação da valoração cultural da Praça Manoel Bonito na cidade de Araguari, Minas Gerais. Reconhecida essa valoração cultural, a Praça não pode permanecer no estado de degradação que se encontra atualmente.

Dada a relevância demonstrada através da pesquisa histórica, almeja-se que esse trabalho possa colaborar para o processo de tombamento da Praça a nível municipal, reconhecendo-o como um instrumento importante de salvaguarda. Recomenda-se, idealmente, um projeto de restauração focado na Praça, mas, para além disso, uma abordagem de conservação que compreenda o conjunto urbano em que se insere, em linha com as discussões do Patrimônio Ambiental Urbano e da Paisagem Cultural. É necessário que a população se mobilize de modo a cobrar uma ação do poder público e dos órgãos responsáveis. Um bem

⁵ <http://gazetadotriangulo.com.br/tmp/noticias/policia-civil-identifica-autor-de-assassinato-no-centro/> acesso realizado em 24/04/2018, às 17h41min

simbólico com tamanha importância histórica para a cidade, espaço livre público na área central, não deveria permanecer no estado de degradação em que a Praça Manoel Bonito se encontra.

AGRADECIMENTO

Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro e a viabilização de publicações como essa. Agradeço à Profa. Dra. Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale, orientadora do projeto do qual se originou este artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÑÓN-FELIÚ, Carmen. **El jardín histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación**, 1989, p. 312-325. In: ICOMOS – IFLA. Comité International des Jardins et des Sites Historiques. Journal scientifique: Jardins et Sites Historiques. 1993.

ARAGUARI. Lei Municipal n. 266, 25 de julho de 1923.

_____. Lei Provincial n. 3591 de 28 de agosto de 1888.

CARNEIRO, A. R. S. **A conservação do jardim moderno: o jardim moderno como fato marcante do modernismo brasileiro e a sua proteção, gestão e conservação**. In: Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna – MARC/AL, 1., 2009.

_____. CASTEL-BRANCO, Cristina; SILVA, Joelmir Marques da. **Burle Marx no Recife: Restauo do Jardim do Aeroporto dos Guararapes como bem patrimonial**. In: Paisagem e Ambiente: Ensaios – N. 37, São Paulo, p. 53-71, 2016.

CARTA DE FLORENÇA, (1981) in **Cartas Patrimoniais**, Cury Isabelle (org.). IPHAN, Rio de Janeiro. Edições do patrimônio, 2000.

CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS. CARTA DE JUIZ DE FORA. 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?jsessionid=3D52CDFD271ACC123EEBD3C8E284FDB1?id=2510>. Acesso em: 20 fev. 2010.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Manual de intervenções em jardins históricos. Brasília: Iphan, 2005.

GUERRA, Maria Eliza Alves. **As praças Moderna de João Jorge Coury no Triângulo Mineiro**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.

IPHAN, PROGRAMA MONUMENTA. **Manual de Intervenções em Jardins Históricos**. 1999.

JORNAL **Gazeta do Triângulo**. (1930-1970)

MACEDO, S. S. **Jardins Brasileiros – origens e relevância**. In: PESSOA, A.; FASOLATO, D. (org). Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

MAMERI, Abdala. **Pelos caminhos da história: pessoas, coisas e fatos de Araguari**. Araguari: ARTGRAF, 1988.

OLIVEIRA, LUCAS MARTINS DE. **Araguari: o sistema de espaços livres na forma urbana**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PEIXOTO, João Paulo Campos. CUNHA, Claudia dos Reis e. **A contribuição da Revista CJ Arquitetura para a revisão conceitual no campo do patrimônio cultural no Brasil**. In: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado (5.:2017: Salvador, BA), 2017, Salvador - BA. Anais do V Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado - Arquimemória, 2017.

PEIXOTO, Juscélia A.; VIEIRA, Aparecida G. C. **Araguari e sua história**. Goiânia: Kelps, 2013.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900 - 1990**. Edusp, São Paulo; 2ª edição, 1999.